

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC****REGISTRO DA 3ª REUNIÃO DE 2023****1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

Data	25/agosto/23	Horário início	14:00h	Horário término	15:30h
Tipo	Reunião do Comitê de Governança de TIC				
Local	Google meet				
Objetivo/Pauta	1. Novo catálogo de serviços e ANS; revisão dos protocolos de segurança cibernética; melhorias em sistemas; metodologia de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio; plano de contratações e orçamento; atualizações; outros assuntos.				

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo
Des. CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA	Presidente do Comitê de Governança de TIC, eleito pelo Tribunal Pleno
Desª. DENISE PACHECO	Eleita pelo Tribunal Pleno
Des. MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO	Eleita pelo Tribunal Pleno
Juiz ARY FARIA MARIMON FILHO (ausente)	Juiz Diretor do Foro Porto Alegre
Juiz EVANDRO LUÍS URNAU (ausente)	Eleito pelos juízes de 1º grau em atividade
Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES (ausente)	Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria
Juiz JORGE ALBERTO ARAUJO	Vice-Diretor do Foro de Porto Alegre
ADOLFO MARQUES PEREIRA (ausente)	Representante da Secretaria-Geral da Presidência
REJANE CARVALHO DONIS (ausente)	Diretora-Geral
ALDO DA SILVA JARDIM	Secretário-Geral Judiciário
ANDRÉ SOARES FARIAS	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

ALBERTO DANIEL MULLER	Coordenador de Gestão e Apoio à Governança de TIC
PAULO MENDES RIBEIRO JÚNIOR	Coordenador de Infraestrutura Tecnológica
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	Coordenador de Serviços de TIC
PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
PABLO PAULO LOPES BARROS	Coordenador de Implantação de Sistemas
CHARLES FERREIRA FALCÃO	Representante da Coordenadoria de Segurança da Informação e Proteção de Dados
CINTIA FRIGO PETUCO	Assistente-chefe do Escritório de Projetos de TIC (redatora da ata)

3. PAUTA

3.1	Abertura
Relato: Dr Cassou realizou a abertura da reunião, saudando os participantes. André Farias compartilhou a apresentação com os assuntos que serão tratados na reunião.	
Deliberação: - NA	

3.2	Novo Catálogo de Serviços e ANS
Relato: Denilson iniciou falando sobre o catálogo de serviços e ANS (Acordos de níveis de serviços), que são os prazos acordados para atendimento dos chamados da SETIC. Atualmente já utilizamos um catálogo de serviços, o qual está cadastrado no Assyst, que é a ferramenta para atendimento aos chamados. Estamos em fase final de parametrização do novo sistema de chamados, com previsão de implantação em outubro deste ano. O objetivo é já iniciar o novo sistema com o novo catálogo definido. A SETIC recebe em torno de 2.000 a 2.200 chamados por mês. O novo catálogo é bem simples. Ele se organiza inicialmente com uma listagem completa dos serviços que oferecemos, com uma breve descrição (aproximadamente 134 serviços), que são categorizados. No catálogo atual, as categorias mudam conforme o serviço. No novo catálogo, as categorias são as mesmas para todos os serviços, deixando o catálogo mais simples e de fácil utilização e compreensão. As novas categorias são: -Documentado: para os chamados que possuem procedimento documentado para o atendimento. -Especializado: para chamados que precisam de atuação de alguma área especializada da SETIC. -Análise: para chamados que precisam de uma análise mais aprofundada. -Melhoria: para chamados de melhoria em algum serviço. -Interno: para chamados internos da SETIC. Em relação aos prazos de atendimento: o primeiro critério para definição do prazo de atendimento, é a definição se o chamado é um incidente (falha) ou uma requisição (todas as demais solicitações). O	

incidente é priorizado. Se for incidente com o PJe, é mais prioritário.

O prazo de resposta é o tempo que a SETIC tem para fazer o primeiro contato com o solicitante. O prazo de conclusão é calculado em horas úteis, de segunda à sexta das 08:00 às 18:00 hrs.

Para o prazo de conclusão, as equipes consideram critérios como: se o sistema está disponível ou não, se o sistema é crítico ou não, se o usuário é um magistrado ou servidor e se a questão tem um conhecimento documentado ou não. De acordo com esses critérios, o chamado é classificado e assume um dos prazos de atendimento apresentados na tabela abaixo.

Novo Catálogo de Serviços e ANS

Prazos de Atendimento

INCIDENTE/REQUISIÇÃO	TIPO DE ATENDIMENTO	Prazo Resposta	Prazo Conclusão Normal	Prazo Conclusão Urgente
INCIDENTE NO PJE	Crítico	20 min	4 h	1 h
	Documentado	20 min	12 h	6 h
	Especializado	-	30 h	15 h
	Análise	-	100 h	50 h
INCIDENTE DEMAIS SERVIÇOS	Crítico	20 min	4 h	2 h
	Documentado	20 min	12 h	6 h
	Especializado	-	30 h	15 h
	Análise	-	100 h	50 h
REQUISIÇÃO	Documentado	20 min	12 h	-
	Especializado	-	30 h	-
	Análise	-	100 h	-
	Melhoria	-	-	-
	Interno	-	-	-

André Farias salientou a importância do ANS, para que os usuários saibam o tempo **máximo** esperado para resolver o chamado. Mas que com certeza, a SETIC tenta resolver o mais breve possível. Cabe salientar também que os tempos para atendimento não foram aumentados com essa revisão do catálogo, pelo contrário.

Deliberação:

- O novo catálogo de serviços e os ANS foram aprovados pelos representantes do Comitê de Governança de TIC.

3.3 Revisão dos Protocolos de Segurança Cibernética

Relato:

André Farias relatou que em 2023, foram realizadas algumas alterações nos protocolos de segurança cibernética já vigentes.

As principais alterações foram:

- Adequação de nomenclaturas dos Comitês, Subcomitês e das Unidades Administrativas;
- PPINC-PJ: atualização de referências técnicas;
- PGCRC-PJ: inclusões no rol de sistemas críticos: SIGEP-JT, PROAD e Google Suíte;
- PGCRC-PJ: adequação às recomendações da auditoria realizada pela SEAUDI em 2022;
- PIILC-PJ: inclusão de seção “Considerações finais”, para fins de padronização com os demais protocolos.

André salientou que os documentos foram previamente enviados por email ao Comitê de Governança de TIC e que as alterações já foram aprovadas pelo Subcomitê de TIC e pelo Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados.

Deliberação:

- As alterações nos protocolos de segurança cibernética foram aprovadas pelos representantes do Comitê de Governança de TIC.

3.4 Melhorias em Sistemas

Relato:

Paulo do Carmo apresentou duas solicitações de melhorias que a SETIC recebeu, para serem apreciadas e indicadas se devem ou não ser realizadas.

1) e-Jus²: envio do PDF por e-mail:

Foi um pedido realizado pelo Des. Ricardo Fraga, no sentido de disponibilizar um botão para enviar o documento no formato PDF via e-mail. Ele relatou que quando utiliza o sistema de casa, via ambiente ETR, a opção de “salvar como” o documento PDF não é intuitiva, visto estar utilizando remotamente os servidores do TRT4.

A solução sugerida para ser disponibilizada pela SETIC é simples e se resume em: manter o botão atual a fim de gerar o PDF para ser baixado. E adicionar a opção: “tecla Shift + clicar nesse mesmo botão”, para que o sistema mande o arquivo por e-mail para o usuário logado no sistema.

2) Pesquisa interna de Jurisprudência: e-Jus2 e VOX:

Na pesquisa interna de Jurisprudência que é executada no VOX ou dentro do e-jus², Dr Rodrigo Trindade solicitou adicionar um campo de pesquisa por nome de parte, nos acórdãos. Paulo do Carmo informou que essa é uma manutenção bem mais complexa. Dra Denise e demais membros presentes do Comitê de Governança salientaram que entendem que, como o cabeçalho contém os nomes das partes, essa pesquisa já seria possível com as funcionalidades atuais.

Deliberação:

- Solicitação 1) está aprovada para ser disponibilizada.
- Solicitação 2) no momento não deve ser desenvolvida. SETIC deve detalhar melhor a necessidade com o Dr Rodrigo Trindade e se for o caso, encaminhar novamente esse assunto para apreciação do Comitê de Governança de TIC.

3.5 Metodologia de Gerenciamento de Projetos e Gestão de Portfólio

Relato:

Cíntia apresentou os principais pontos da nova metodologia de gestão de portfólio e gerenciamento de projetos proposta pela SETIC, para apreciação do Comitê de Governança.

Ela relatou que a metodologia vigente foi elaborada em 2015 e que mesmo simplificada, acabava por onerar o processo. Além disso, as metodologias ágeis estão sendo utilizadas cada vez mais, inclusive pelo CNJ e CSJT. Com isso, a nova metodologia proposta tem como objetivo formalizar o que está sendo praticado na SETIC, de uma forma simples e ágil, contribuindo para a governança e gestão de projetos do nosso Tribunal.

Cíntia salientou duas principais etapas do processo de gestão de portfólio, que envolvem o Comitê

de Governança, que são: 1) a avaliação e aprovação da proposta de portfólio de projetos, encaminhada juntamente com a elaboração bianual do PDTIC e sua revisão anual. 2) avaliação e aprovação das alterações no portfólio, que serão destacadas juntamente ao relatório de acompanhamento trimestral, com a indicação de projetos inseridos, canceladas e/ou suspensos. O objetivo desse acompanhamento e aprovação trimestral é termos as movimentações necessárias no portfólio validadas.

Cíntia apresentou a planilha com o portfólio de projetos, explicando alguns campos e reforçando que o relatório trimestral é o próprio portfólio atualizado.

Deliberação:

- A nova metodologia de gestão de portfólio e gerenciamento de projetos foi aprovada pelos representantes do Comitê de Governança de TIC.

3.6 Plano de Contratações e Orçamento

Relato:

Alberto Müller apresentou uma revisão do plano de contratações e orçamento de 2023.

Relatou que o total aprovado até o momento é de R\$28.345.776,51. Além disso, tivemos 6 contratações canceladas, demandas aprovadas tiveram redução de valores e outras que tiveram aumento. O valor de R\$5.872.100,00 referente aos 1.300 microcomputadores complementares (visto que a estimativa era de 1.800 unidades e haviam sido foram aprovados apenas 500, devido ao limite orçamentário da época) e duas novas contratações que ainda não tinham sido submetidas ao Comitê de Governança de TIC, resultando em uma nova estimativa para 2023 em R\$29.988.447,59.

Quanto à dotação orçamentária, Müller salientou que foi adicionada a dotação orçamentária para ações de segurança da informação, ao valor dotado para informática, o que aumentou o valor apresentado no início do ano, estando agora em R\$29.718.833,00. Com esse valor, acredita-se que não será necessário solicitação de valor adicional.

Müller detalhou então os valores relatados acima.

-As 6 contratações canceladas foram: impressora para a gráfica; PC gráfico para videomonitoramento; APIs (postergadas para 2024); a terceirização de infraestrutura e segurança da informação, a qual foi postergada para 2024 e provavelmente será uma iniciativa nacional; tablets para concurso cultural, cuja verba não foi da SETIC; e a solução de monitoramento de performance de aplicações (APM), cuja contratação seria por meio de participação no TST, que transferiu a demanda para 2024.

-Em relação às demandas com redução significativa de valor, temos: o antivírus solução de proteção de endpoint, a qual teve o valor parcialmente liquidado em 2022. Os switches do interior, o qual foi alterado de renovação da garantia para a compra de alguns switches de reposição. Os transceivers, os quais tiveram aquisição de dispositivos compatíveis e com valores mais baixos. A contratação de solução de proteção de borda de rede e de alta disponibilidade, cuja implantação atrasou devido a entrada do PJe na solução. O Firewall corporativo, que apresentou mudança de valor no pregão do TRT12 e outras 44 demandas, as quais tiveram redução do valor estimado durante o processo de licitação e execução.

-Novas demandas para aprovação do Comitê de Governança de TIC são: a) Microcomputadores: compra de mais 1.300 microcomputadores, no valor de R\$5.872.100,00. b) Aquisição de 250

licenças para os telefones sem fio, no valor de R\$92.420,00. c) Serviços de implantação e treinamento da solução de gerenciamento de serviços de TIC Qualitor, no valor de R\$135.020,00, com execução orçamentária para 2024. André salientou que neste ano estão sendo implantados os processos da SETIC e que esse orçamento adicional para 2024 se faz necessário para a implantação dos processos das demais áreas do Tribunal. Salientou ainda que esse valor será executado conforme o serviço for sendo implantado e utilizado.

Obs.: Plano de Contratações em anexo a ata.

Deliberação:

- As alterações apresentadas no Plano de Contratações e Orçamento 2023 foram aprovadas pelos representantes do Comitê de Governança de TIC.

3.7 Atualizações: Banco Nacional de Precedentes PANGEA

Relato:

André relatou que em julho deste ano, o CNJ escolheu o PANGEA para ser a solução nacional a ser utilizada para todo o Poder Judiciário, para a realização de pesquisa de precedentes qualificados. O PANGEA foi desenvolvido pela SETIC do nosso Tribunal. Ele será utilizado para pesquisa no Banco Nacional de Precedentes do CNJ (BNP), o qual é alimentado por todos os Tribunais do Poder Judiciário do país.

O projeto para nacionalização está sendo feito em parceria com o CNJ e supervisão do CSJT. Já foi entregue uma primeira versão para homologação. E a previsão para lançamento nacional da ferramenta é setembro/23, ainda na gestão da ministra Rosa Weber.

Importante destacar que o Pangea será a primeira aplicação da Justiça do Trabalho disponível na PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário), fato de extrema relevância para nosso Tribunal.

Deliberação:

- Informativo

3.8 Atualizações: Implantação da nova rede de dados SD WAN

Relato:

André apresentou três quadros comparativos sobre a evolução da implantação da nova rede de dados SD WAN. O primeiro, com data de 25/junho, apresentava vários pontos vermelhos, indicando problemas de desempenho ou implantação em diversas localidades. No quadro de 25/julho, os pontos vermelhos tiveram redução significativa. E o de 25/08, apresenta pouquíssimos pontos vermelhos.

Conforme o contrato com o fornecedor da nova rede, a implantação total deveria ter sido concluída em junho. No entanto, ainda não foi finalizada na sua totalidade dentro da qualidade e desempenho contratados. Independentemente disso, em torno de 75% das localidades contratadas já estão com o aceite provisório, apresentando desempenho muito superior à rede antiga. Cabe salientar que parte das localidades que ainda não tiveram o aceite por não terem atingido o desempenho contratado já apresentam desempenho superior à rede antiga.

André informou que o pagamento será realizado após o aceite da implantação total e que serão aplicadas as sanções contratuais cabíveis.

Em resumo, a implantação está em andamento, sendo encaminhada para sua finalização. A maioria

das localidades apresentam desempenho superior à rede antiga e serão aplicadas as sanções cabíveis ao fornecedor pelo seu atraso.

Deliberação:

- Não houveram contrapontos

3.9 Atualizações: Implantação do PJe versão 2.9

Relato:

André relatou que o CSJT divulgou um cronograma de implantação. Eles pretendem liberar essa versão entre os dias 31/08 a 01/09. A data para implantação em todos os Tribunais da Justiça do Trabalho está prevista para 03 e 04/09 nesse mesmo cronograma. André salientou que o nosso fluxo de implantação prevê: o recebimento da versão; sua implantação em ambiente frio para homologação; testes com os usuários, que costumam levar dias; e após se certificar que não há qualquer erro impeditivo, o planejamento da sua implantação em produção. Com isso, ocorrendo tudo de forma positiva, a implantação em produção seria no mínimo nos dias 09 e 10/09.

Nesse sentido, o cronograma definido pelo CSJT é praticamente inviável e envolve alto risco ao ambiente de produção. E que além da versão, nós precisamos de um final de semana para atualizar uma infraestrutura tecnológica, que é pré-requisito para a implantação da nova versão.

Pablo relatou algumas das novas funcionalidades que virão com a nova versão. Informou que é uma versão com changelog com mais de 100 itens (funcionalidades e correções).

Salientou as seguintes:

- Domicílio Judicial Eletrônico;
- Novo fluxo Encaminhar processo à análise de recurso;
- Baixa (remessa) de processos em lote;
- Diversas melhorias no módulo Gemini;
- PDPJ: novo escaninho para documentos recebidos da PDPJ;
- PJe-binários (TRT09 Piloto) - armazenamento dos PDFs;
- GIM: Assinar alvarás eletrônicos para o 2º Grau;
- Disponibilização do PSIU (Pesquisa de Satisfação e Interesses do Usuário (PSIU)) no Painel do Advogado;
- Criado campo para indicação da forma de participação do magistrado na audiência; e
- Incluído o assunto “15236-Assédio Eleitoral”, de acordo com a Resolução CSJT 355/2023.

Deliberação:

- Os representantes do Comitê de Governança de TIC solicitaram prudência na implantação da nova versão do PJe, mesmo que para isso não seja possível cumprir o cronograma estabelecido pelo CSJT. O Comitê entende que podemos justificar essa decisão, conforme o descrito acima.

3.10 Demais assuntos: problema no storage

Relato:

André e Paulo Mendes esclareceram que no último dia ocorreu um incidente no nosso ambiente, que gerou alguns problemas de performance pontuais. Explicaram que a causa foi um problema no processo de otimização do nosso storage, combinado com o uma falha no computador que fica fora

do storage, chamado de testemunha (o qual verifica o status dos equipamentos de storage). Essa questão está sendo avaliada com o fornecedor. Não houveram problemas nos dados.

Deliberação:

- Informativo.

3.11 Encerramento

Relato:

Reunião encerrada. O Comitê de Governança parabenizou o trabalho da SETIC.

Deliberação:

- NA